

30 OUT 2014

FOLHA DE S. PAULO

Decisão sobre Pizzolato é derrota da Justiça do Brasil, diz procurador

Para Janot, recusa de extradição de ex-diretor do BB por italianos pode abrir precedente perigoso

Itália soltou Pizzolato, condenado no mensalão; para procurador, má condição das prisões do Brasil foi decisiva

GABRIELA GUERREIRO
SEVERINO MOTTA
DE BRASÍLIA

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, admitiu nesta quarta (29) que a decisão da Justiça italiana de negar a extradição do ex-diretor do Banco do Brasil Henrique Pizzolato, condenado no processo do mensalão, foi uma “derrota” para o Judiciário brasileiro e pode abrir um precedente “perigoso”.

“O perfil do sistema carcerário brasileiro não é bom, e tivemos uma derrota no pedido de extradição exatamente por esse fato”, afirmou.

Janot disse que a decisão sobre a extradição de Pizzolato pode abrir um precedente “muito perigoso” para o Brasil de “não conseguir mais extraditar ninguém da Comunidade Europeia”.

“A estratégia da defesa foi explorar presídios que na verdade são enxovias [local insalubre] mesmo”, afirmou.

Em audiência na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, o procurador reiterou que o governo brasileiro recorrerá da decisão e só aguarda a publicação do acórdão para elaborar o recurso.

No recurso, os brasileiros vão salientar que os locais indicados para Pizzolato cumprir a pena — Papuda (Brasília), Curitiba e Canhanduba (Santa Catarina) — são totalmente adequados, sem a possibilidade de os presos serem submetidos a condições desumanas e degradantes.

Para o procurador, embora a Justiça italiana tenha reconhecido as teses jurídicas do Brasil para a extradição, negou o pedido com base nas más condições dos presídios.

“O único fato que foi obstáculo à extradição foi o sistema carcerário brasileiro, em que ali se afirmou que existe a potencialidade do descumprimento de direitos humanos. Por esse motivo, o Judiciário italiano entendeu negar o pedido de extradição. O Estado brasileiro deve recorrer disso.”

O relator do processo do mensalão no STF (Supremo Tribunal Federal), Luís Roberto Barroso, disse ser um “crítico severo” das condições dos estabelecimentos

prisoniais, mas ressaltou que sobre o presídio da Papuda, onde estão condenados do mensalão em Brasília, não há registros negativos.

Já o ministro Marco Aurélio Mello afirmou que, pelo fato de ter cidadania italiana, Pizzolato exerceu “um direito” de não se submeter “às condições animais das penitenciárias no país.”

Ele ainda considerou ser uma “vergonha” para o Brasil ter um pedido de extradição rejeitado por causa da condição das prisões.

Na opinião de Janot, os problemas no sistema carcerário do país devem ser enfrentados “por todos nós”, e não apenas pelo Judiciário.

O procurador negou que a recusa a extraditar Pizzolato seja retaliação ao governo brasileiro por conceder asilo político ao italiano Cesare Battisti — condenado por homicídio em seu país, Battisti vive legalmente no Brasil.

“Foi uma longa negociação com a Justiça, o Ministério Público e o Ministério da Justiça da Itália e nunca esse problema foi levantado.”

Após deixar o presídio de Módena (norte italiano) na noite desta terça-feira (28), Pizzolato se tornou homem livre na Itália após a decisão da Justiça do país europeu.

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

**Ex-diretor tentou
obter novo RG para
conseguir circular**

30 OUT 2014

GRACILIANO ROCHA
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA,
EM MÓDENA E MARANELLO (ITÁLIA)

No primeiro dia após sair da prisão na Itália, o ex-diretor de marketing do Banco do Brasil Henrique Pizzolato fez uma tentativa frustrada de obter novo documento de identidade para recuperar a liberdade plena de circulação em seu refúgio europeu.

O petista não pode praticar atos banais como viajar de avião, hospedar-se sozinho em hotéis, alugar um imóvel em seu nome nem realizar qualquer trâmite burocrático sozinho, porque o único documento de Pizzolato é um alvará de soltura que não tem valor como identidade.

Nesta quarta (29) pela manhã, Pizzolato esteve na polícia de Modena para pedir uma segunda via da identidade, mas foi informado que não poderia receber uma nova porque seu documento não fora furtado ou extraviado, mas apreendido pela Justiça.

Na ocasião de sua prisão em fevereiro, além de documentos em nome do irmão usados para fugir do Brasil e cartões de crédito, a polícia italiana apreendeu uma carteira de identidade italiana emitida em Treviso (norte do país), em outubro de 2013, após alegar que os seus documentos haviam sido roubados.

Apesar de estar em liberdade, sua identidade italiana não foi restituída porque faz parte do conjunto que integra o processo que ele responde no país.

30 OUT 2014

FOLHA DE S. PAULO

Câmara questionará nova regra do STF para julgar políticos

Alteração, aprovada em maio, permite que parlamentares sejam condenados ou inocentados com apenas dois votos.

Em reunião, deputados reclamaram da condenação do colega Protógenes Queiroz em sessão com 3 ministros

MÁRCIO FALCÃO
RANIER BRAGON
SEVERINO MOTTA
DE BRASÍLIA

A cúpula da Câmara dos Deputados decidiu questionar a mudança promovida pelos ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) no julgamento de políticos que permite que os congressistas sejam condenados ou inocentados com apenas dois votos.

A alteração no regimento interno do Supremo foi aprovada em maio. Na prática, a modificação transferiu do plenário do STF para suas duas turmas, colegiados com metade do total de ministros da corte, o julgamento de processos contra congressistas e ministros.

A ideia dos parlamentares é retornar a votação dos processos para o plenário do Supremo, com 11 ministros.

A Câmara ainda estuda o tipo de ação que vai entrar no Supremo. A decisão foi tomada depois de um encontro do presidente da Casa, Henrique

Eduardo Alves (PMDB-RN), e líderes aliados com o presidente do Supremo, Ricardo Lewandowski.

Na reunião, deputados reclamaram da condenação do colega Protógenes Queiroz (PC do B-SP) a 2 anos e 6 meses de prisão por vazar informações da operação Satiagraha a jornalistas. A decisão foi tomada pela segunda turma do Supremo.

Durante o julgamento de Protógenes, na turma, apenas três ministros estavam presentes. Os três o condenaram.

O caso de Protógenes foi discutido nesta terça em reunião de líderes. O PCdoB chegou a defender que fosse elaborado um decreto para tentar sustar a alteração do Supremo, mas consultores alertaram que seria inconstitucional.

Para técnicos da Câmara, há uma inconstitucionalidade na decisão do Supremo por determinar tratamento diferenciado aos congressistas e autoridades.

O presidente da Câmara disse que "o regimento interno do STF não tem poder de transformar uma norma constitucional".

Pela norma do STF, o plenário seguirá analisando casos ligados à Presidência da República, à Vice-Presidência, à Câmara dos Deputados,

ao Senado, à Procuradoria-Geral da República e aos ministros do STF.

Os defensores da mudança alegam que haverá um grande ganho em celeridade e na organização interna do tribunal, que se dedicará mais àquilo que é sua competência original: o controle da constitucionalidade das leis.

VAZAMENTOS

A discussão para a alteração no regimento teria começado logo após o julgamento do mensalão, que consumiu 69 sessões, ao longo de 20 meses. Atualmente, no Supremo, são cerca de 500 inquéritos e 99 ações penais tramitando no plenário.

Apesar disso, é possível, como já ocorre hoje, que ministros levem casos das turmas diretamente ao plenário quando entenderem que a decisão é complexa.

Ao presidente do Supremo, deputados que participaram da reunião também criticaram a condenação por vazamento de informações.

A deputada Jandira Feghali (PC do B-RJ) disse que vazamentos são corriqueiros e que, se for mantida a condenação do colega de partido, também deveria se condenar integrantes do Ministério Público, da Polícia Federal e juízes.

30 OUT 2014

FOLHA DE S. PAULO

Eleições acirraram a luta de classes no país, diz filósofo

Marcos Nobre, professor da Unicamp, diz que país precisa decidir se vai ou não continuar reduzindo a desigualdade

Professor João Carlos Brum Torres teme uma radicalização lacerdista da oposição e deriva bolivariana do governo

ELEONORA DE LUCEVA

ENVIADA ESPECIAL A CAMPOS DO JORDÃO (SP)

“A eleição acirrou a luta de classes. Estamos num momento em que a democracia brasileira tem que se decidir se vai se aprofundar ou se vai continuar patinando. As instituições até agora funcionaram para bloquear a diminuição da desigualdade no país. É a ideia de que todo mundo tem que andar em bloco para que todos fiquem mais ou menos onde estão.”

As ideias são de Marcos Nobre, doutor em filosofia pela Unicamp. Para ele, as eleições foram “uma guerra em torno da grade de classes do país”: o que está em jogo é a manutenção ou não dessa grade.

Nobre participou na noite desta terça (28) de debate sobre eleições no 16º encontro nacional da Anpof (Associação Nacional de Pós-Graduação de Filosofia) que ocorre nesta semana em Campos do Jordão (SP). Para ele, “as revoltas de junho abriram um horizonte que parecia fechado, e essas eleições já são expressão de que alguma coisa mudou no sistema político”.

Uma das coisas mais extraordinárias de 2014 “é que a direita trocou os blindados do Exército por blindados privados —esses carros enormes, que parecem militares, e que têm o adesivo do Aécio”.

Sua fala arrancou aplausos e risos da plateia (mais de 350 pessoas) que lotou a sala.

“Fico feliz que exista uma direita no Brasil que ache que a rua é dela. É um avanço democrático enorme, mas pode haver formas de convivência na rua menos brutais. A direita descobriu que a rua é dela também em junho de 2013, quando a esquerda também descobriu que pode ter mobilização de massa”, disse.

ÓDIO

Alguém perguntou sobre o ódio na eleição: “Estou contente que esse ódio tenha aparecido nesta eleição, porque não aguentava a pasmaceira de antes. É uma coisa que deve ser cultivada. Não devemos recuar de medo, dizendo que isso é muito perigoso. É preciso ver esse ódio como manifestação de uma sociedade que quer aprofundar sua democracia. Redemocratizar demorou 30 e poucos anos; democratizar espero que demore séculos. Mas junho de 2013 foi um bom começo”.

Nobre expôs sua tese sobre o peemedebismo, nome que dá ao bloco conservador no país. Reunindo múltiplas for-

ças políticas e formando um bloco hipermajoritário no Congresso e na sociedade, o peemedebismo surgiu como forma de afastar golpes do início da redemocratização. O processo de impeachment, em 1992, reforçou a ideia da necessidade do bloco, sem oposição forte, para garantir a governabilidade —uma marca do governo FHC.

Para ele, Lula ocupou esse bloco pela esquerda, desidratando a oposição: “O sistema político funciona num grande condomínio peemedebista: é sempre o mesmo bloco, o que muda é o síndico”. Em 2014, porém, a polarização está de volta: “Voltamos a ter pelo menos a disputa, para valer, pelo posto de síndico”.

Do outro lado da mesa de debates na Anpof, visão divergente foi exposta por João Carlos Brum Torres, professor de filosofia em Caxias do Sul (RS). Ele está preocupado com a divisão do país.

“Vejo duas derivas que seriam desastrosas para nós. Uma se o governo fizer uma deriva argentina ou bolivariana, de conflito com setores conservadores, a imprensa. Se for por esse lado, as coisas vão se agravar e gerar uma crise aguda. Espero que não ocorra. A outra deriva é ressuscitar o lacerdismo. Lula usou bem essa palavra.”

CONTINUA

30 OUT 2014

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Para Brum Torres, esse risco de lacerdismo não viria das grandes lideranças do PSDB, mas da opinião pública: "Especialmente em São Paulo há uma voz de repúdio absoluto e completo. Aqui, no núcleo do capitalismo brasileiro, há uma profunda insatisfação com o sistema de representação política".

Ele ressaltou que Aécio não é Carlos Lacerda, mas aponta radicalização nas redes e na mídia: "Especialmente nas revistas semanais há uma posição extremamente agressiva de deslegitimação e desmoralização do governo. Isso é um elemento de tensão muito agudo e vai criando um clima de insatisfação que é potencialmente ensejador de um agravamento da crise".

Ele diz não ver possibilidade de ruptura agora, mas lembra que o Brasil "não tem tradição de resolver bem situações muito tensionadas".

A seguir, Nobre alfinetou o centro econômico do país: "São Paulo tem que acabar com seu complexo de bandeirante". Brum Torres deu sua explicação para o oposicionismo paulista: "São Paulo sempre foi muito poderoso e nunca esteve propriamente mandando no Brasil. Isso desde 1930, quando se separou o centro do poder econômico do centro político. Dilma é intolerável para São Paulo por causa disso, porque acentua essa distância".

Ligado ao PMDB gaúcho, ele divergiu de Nobre: "[Eles] Cumprem uma função estabilizadora no país, que é muito importante e vai continuar".

“ A eleição acirrou a luta de classes. Estamos num momento em que a democracia brasileira tem que se decidir se vai se aprofundar ou se vai continuar patinando

MARCOS NOBRE

Vejo duas derivas que seriam desastrosas. Uma se o governo fizer uma deriva argentina ou bolivariana, de conflito com setores conservadores, a imprensa. Se for por esse lado, as coisas vão se agravar e gerar uma crise aguda. A outra deriva é ressuscitar o lacerdismo

JOÃO CARLOS BRUM TORRES

FOLHA DE S. PAULO

ROGÉRIO GENTILE

Arrogância na derrota

SÃO PAULO - Após uma eleição esquizofrênica em que o governo o tempo todo prometeu mudanças ("mais mudanças") e a oposição ficou repetindo que ia manter isso ou aquilo, as explicações do PSDB para a derrota de domingo surpreendem pela falta de senso crítico.

Os tucanos até agora formularam duas grandes justificativas complementares. A primeira, expressa por FHC, atribui o resultado ao tom agressivo da campanha de Dilma, como se isso tivesse sido uma prerrogativa do PT. Não foi, obviamente.

O PSDB também bateu duro nos adversários. A diferença é que Aécio, embora político com muito mais traquejo do que Dilma, caiu na armadilha presidencial. A petista atacava o tucano no debate da Bandeirantes, citava seus familiares, quando o ex-governador levantou o dedo e lascou um "leviana", achando que poderia repetir com a presidente a mesma virulência que usara no primeiro turno com Luciana Genro. Não podia.

Muito bem explorado pelo PT e por Lula nos palanques, o adjetivo voltou-se contra Aécio como um bumerangue. O candidato, que estava numericamente à frente de Dilma nas pesquisas, começou a perder apoio de parte do eleitorado, sobretudo o feminino, o que lhe foi fatal.

A segunda explicação do PSDB para a derrota beira a arrogância, a mesma que motivou tucanos, duas semanas antes da eleição, a tratarem da montagem do eventual governo Aécio como se a vitória fosse apenas uma questão de tempo. Não era.

Desde domingo, aliados de Aécio reclamam que "Minas falhou com um grande estadista" e que os "mineiros não quiseram ter um presidente na linha de JK". O PSDB, que esperava obter 2 milhões de votos a mais do que Dilma no Estado, perdeu em 608 das 835 cidades, em várias delas por mais de 80% dos votos.

Ou seja, para os tucanos, a derrota não foi motivada por erros do candidato ou do partido, tampouco ocorreu por mérito da adversária. A culpa, ora bolas, é do eleitor.

30 OUT 2014

30 OUT 2014

FOLHA DE S. PAULO

Que será do Brasil?

LUIZA NAGIB ELUF

Vão dizer que reclamo porque não me elegi deputada federal. Não é só isso. Manifesto-me por ter conhecido de perto algumas falhas do nosso sistema eleitoral e não ver nem população nem governantes em busca da solução necessária.

Eleição no Brasil se ganha com muito dinheiro e pouco conteúdo. Existem exceções, claro, mas elas apenas confirmam a regra. Lembremos da reeleição do Tiririca, que não sabe o que faz um deputado federal, foi lá para ver e voltou sem entender nada. O povo gosta dele, ri de suas piadas e acha que é suficiente. No entanto, para exercer um mandato legislativo útil à nação, é preciso ter conhecimento de causa.

A revolta contra certas atitudes de governantes, a insatisfação com a política e os políticos, trazida às ruas em 2013, expressada por manifestações em todo o país, não teve as consequências esperadas. Apenas incitou ao ódio e não se consolidou em propostas concretas.

Não aumentou a consciência popular sobre o voto. Não incentivou a pesquisa por bons candidatos e candidatas ao Parlamento, apenas reforçou o descrédito e fez crescer o número de abstenções, votos nulos e brancos. A alienação continua. A voz das ruas não foi às urnas.

O voto de opinião foi exercido por

A forma descompromissada com que o povo se comporta, como se a política nada tivesse a ver com ele, pode levar o Brasil ao inferno

poucos, pelo menos para os cargos legislativos. Até um minuto antes de votar, muita gente ainda não havia escolhido seus deputados.

O Poder Legislativo é da maior importância. O escândalo do mensalão não teria existido se o povo escolhesse com mais cuidado seus representantes. Nosso sistema não permite independência total a nenhum Poder. Presidentes, governadores e prefeitos não conseguem levar seus governos a bom termo sem apoio das Câmaras e Assembleias.

No entanto, como os candidatos proporcionais são muitos e o tempo de TV é pouco e dividido de forma desigual, o eleitor se desinteressa.

Não produzimos mais estadistas, como Paulo Brossard e Goffredo da Silva Telles Júnior. Este, professor da Faculdade de Direito da USP, em 1950, quando era deputado federal e procurava lutar pela educação no país, pronunciou-se da seguinte forma: “Por que não podemos ter no Brasil um Parlamento inteiro de verdadeiros políticos, ou seja, de polí-

ticos somente voltados para o bem comum, para o bem da nação, para o bem do nosso povo?”.

Comentou ele que quase todos os parlamentares que encontrara eram preocupados apenas com a imagem, prestígio político e reeleição. De lá para cá, nada mudou.

O primeiro turno desta eleição encerrou-se sem avanços republicanos e com pequena participação cidadã, depois de muitas críticas da opinião pública que resultaram em nenhum efeito prático. Demonizar a política e os políticos é inócuo. Participar é preciso. Eleger critérios e programar ações que possam aperfeiçoar o sistema eleitoral são a única forma de melhorar nossas vidas.

Está em curso uma proposta popular de reforma eleitoral, iniciativa abraçada pela OAB federal, que merece a atenção de todos. Transformar a frustração em algo edificante e produtivo — é isso que nos falta. A política não é um problema só dos políticos. A forma descompromissada com que o povo se comporta, como se a política nada tivesse a ver com ele, pode levar o Brasil ao inferno.

LUIZA NAGIB ELUF é advogada. Foi procuradora de Justiça em São Paulo e secretária nacional dos Direitos da Cidadania do Ministério da Justiça (governo FHC). Foi candidata a deputada federal pelo PRP-SP nesta eleição

30 OUT 2014

FOLHA DE S. PAULO

STF adia julgamento da reaposentadoria

Um pedido de vista da ministra Rosa Weber adiou o julgamento da reaposentadoria no Supremo. Não há data para a retomada do caso. Até o momento, quatro ministros já se manifestaram. Dois deles defendem que os aposentados que continuaram a trabalhar têm o direito de pedir um novo benefício após os anos extras de contribuição à Previdência, Marco Aurélio Mello e Luís Roberto Barroso (este com um modelo intermediário). Até agora, foram contrários à reaposentadoria os ministros Dias Toffoli e Teori Zavascki. O governo estima um impacto nos cofres públicos de R\$ 20 bilhões a R\$ 70 bilhões se o STF decidir pela reaposentadoria.

30 OUT 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

SUSPENSO JULGAMENTO DE HC DE CONDENADOS POR ENVOLVIMENTO NO ESCÂNDALO DOS PRECATÓRIOS

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal iniciou o julgamento do Habeas Corpus (HC) 123691, impetrado pela defesa de Arthur Augusto Dale e Ricardo Thomé, ambos condenados pela prática do crime de gestão fraudulenta na administração de uma corretora, no qual se questiona a dosimetria da pena aplicada. O relator do HC, ministro Dias Toffoli, votou pelo indeferimento do HC, mas o julgamento foi suspenso por pedido de vista do ministro Luiz Fux.

Arthur Augusto Dale e Ricardo Thomé foram condenados, com base no artigo 4º da Lei 7.492/1986 (Lei do Colarinho Branco), pela participação, em 1996, no chamado escândalo dos precatórios. De acordo com

os autos, a corretora Cedro Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, administrada pelos dois, negociou de forma fraudulenta títulos da dívida pública emitidos pelos estados de Alagoas, Paraíba e Santa Catarina.

Em primeira instância foi fixada pena de 4 anos de reclusão, substituída por restritivas de direito e multa. Em apelação, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2) deu provimento ao recurso do Ministério Público e aumentou a sanção, que passou para 5 anos e 6 meses de reclusão, a ser cumprida inicialmente no regime semiaberto. Sem sucesso em recurso especial interposto ao Superior Tribunal de Justiça, a defesa impetrou o HC no Supremo.

BANCO E CLÍNICA DE ODONTOLOGIA SÃO CONDENADOS POR IGNORAR GRAVIDEZ DE RISCO DE FUNCIONÁRIAS

Uma gerente do Bradesco em Curitiba deverá ser indenizada em R\$ 20 mil por ter sido pressionada a trabalhar e a resolver problemas do banco mesmo estando em licença médica durante gestação de risco, com orientações para o repouso absoluto.

Em outro caso, ocorrido em Maringá, uma zeladora, que também passou por complicações na gravidez e foi demitida por excesso de faltas, ganhou direito a receber os salários correspondentes ao período de estabilidade da gestante e deverá ser indenizada por dispensa sem justa causa.

30 OUT 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

1ª TURMA RECEBE DENÚNCIA CONTRA SENADOR POR FALSIDADE IDEOLÓGICA

Por maioria de votos, a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) recebeu denúncia contra o senador Alfredo Nascimento (PR-AM) pela suposta prática do crime de falsidade ideológica, descrito no artigo 299 do Código Penal (CP). De acordo com o Ministério Público Federal (MPF), o então candidato omitiu gastos da prestação de contas de campanha. A decisão ocorreu na sessão desta terça-feira (28), no julgamento do Inquérito (INQ) 3767.

Segundo a denúncia, em 31 de outubro de 2006, o senador, ao entregar a prestação de contas ao Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas, deixou

e contabilizar despesas com banners e cartazes, no valor total de R\$ 15.293,58. A defesa alega que o senador desconhecia a existência desses gastos e, por esse motivo, não poderia declará-los.

Afirma também que não haveria motivos para omitir o valor, que classificou como ínfimo, levando em conta ter declarado o valor total de R\$ 1.336.500,00 (um milhão trezentos e trinta e seis mil reais). Em sustentação oral, o advogado do senador argumentou que a prestação de contas não foi feita pelo próprio candidato, que nomeou um administrador financeiro para esta finalidade.

2ª TURMA JULGA IMPROCEDENTE ACUSAÇÃO DE INJÚRIA CONTRA ROMÁRIO

A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), por unanimidade, julgou improcedente acusação contra o deputado federal e ex-jogador de futebol Romário de Souza Faria apresentada no Inquérito (INQ) 3887. Em queixa-crime, José Maria Marin e Marco Polo Del Nero, presidente e vice-presidente, respectivamente, da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), acusaram o parlamentar do crime de injúria (artigo 140, caput, do Código Penal – CP) por ter veiculado em página de rede social, em 9 de julho deste ano, mensagem que seria ofensiva à honra de

ambos.

Em razão da utilização de meio facilitador da propagação (internet), a acusação apontou causa de aumento de pena prevista no artigo 141, inciso III, do CP, e agravante pelo suposto crime ter sido direcionado a pessoa com mais de 60 anos (artigo 61, inciso II, alínea “h”, do CP).

A defesa do congressista alegou imunidade parlamentar para a conduta e por Romário ser presidente da Comissão de Esporte da Câmara dos Deputados. Disse ainda que os fatos alusivos aos dirigentes são verdadeiros e que não houve intenção de ofender.

30 OUT 2014

GAZETA DO POVO

» PRECONCEITO

Estudante de Direito denuncia colegas por ofensas na internet



Comentários teriam como alvo Karina e o namorado dela.

LONDRINA

Fábio Calsavara, do J1

Quando passou no vestibular, há dois anos, para o curso de Direito na Universidade Norte do Paraná (Unopar), a estudante Karina Januário da Silva não imaginava que um dia teria de acionar a polícia contra os próprios colegas. Na última segunda-feira, ela registrou boletim de ocorrência contra um grupo de estudantes do curso. O motivo: mensagens maldosas escritas sobre ela e o namorado, que tem deficiência física em uma perna.

“Quando passamos do terceiro para o quarto semestre, houve a divisão das turmas e eu fui para uma sala diferente. Os alunos já tinham um grupo no WhatsApp onde trocavam informações a respeito de trabalhos, provas

e outros assuntos. Nunca pedi para fazer parte desse grupo, mas o meu nome e o do meu namorado foram cogitados. Foi aí que começaram as ofensas”, explica Karina.

Os comentários foram escritos em 22 de outubro. No dia seguinte, um colega de Karina mostrou a ela o teor das mensagens. A estudante reuniu as provas e tentou contato com a direção da universidade, mas não obteve resposta. “Falei com o coordenador do curso e ele disse que nada podia ser feito. Tentei então com o diretor geral, mas ele também não tomou nenhuma atitude. Disse que como tudo ocorreu fora do ambiente da universidade, não há como a Unopar se responsabilizar. Nem mesmo falar com os alunos ele foi”, reclama. Karina também registrou a ocorrência na esfera cível.

A Unopar alega que, após saber do fato, tomou providências internas e orientou a estudante para a resolução do caso. “A Unopar condena qualquer ação que fomente a discriminação ou o preconceito entre as pessoas baseada em diferenças de cultura, religião, nacionalidade, raça, classe social ou sexo. A instituição lamenta profundamente o ocorrido e coloca-se à disposição para quaisquer outros esclarecimentos adicionais”, diz trecho de uma nota enviada por e-mail.

Recorrente

Este não é o primeiro caso envolvendo comentários preconceituosos feitos por estudantes de Direito nas redes sociais em Londrina. No início de setembro, Celiana Lúcia da Silva acusou colegas de turma na Faculdade Arthur Thomas de trocarem mensagens racistas a respeito dela no WhatsApp.

30 OUT 2014

GAZETA DO POVO

Após a eleição, MPF recebe 143 denúncias de preconceito

O Ministério Público Federal (MPF) no Paraná recebeu, da noite de domingo até ontem ao meio-dia, 143 denúncias que indicam postagens na internet preconceituosas ou racistas devido ao resultado da eleição presidencial. Os casos de agressão, principalmente contra nordestinos, serão distribuídos entre os procuradores, que avaliarão se cabe uma ação judicial. O MPF informa que nem todas as denúncias dizem respeito efetivamente a crimes. Aquilo que não for considerado criminoso será arquivado. As demais denúncias serão repassadas a procuradores. A Procuradoria Geral da República, que coordena o Ministério Público Federal nos estados, fará um balanço das denúncias recebidas em todo o país até o fim da semana. As denúncias podem ser feitas pelo site: <http://cidadao.mpf.mp.br>.

BESSA

Quem fala o que quer... 1

O líder da bancada do PT na Assembleia Legislativa, Tadeu Veneri, classificou como "ofensivo" e "ra-so" o discurso do 1º secretário da Casa, Plauto Miró Guimarães (DEM), que afirmou ontem na tribuna que os eleitores da presidente Dilma Rousseff não pensam. Segundo nota distribuída pela assessoria de Veneri, Plauto disse que quem votou em Dilma é "menos esclarecido" e vive nos municípios de menor IDH (Índice de Desenvolvimento Humano).

30 OUT 2014

GAZETA DO POVO

» SEM EXTRADIÇÃO

Caso Pizzolato é precedente "perigoso", diz procurador

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, admitiu ontem que a decisão da Justiça italiana de negar a extradição do ex-diretor do Banco do Brasil Henrique Pizzolato, condenado no processo do mensalão, foi uma "derrota" para o Judiciário brasileiro. "O perfil do sistema carcerário brasileiro não é bom, e tivemos uma derrota no pedido de extradição exatamente por esse fato", afirmou.

Janot disse que a decisão sobre a extradição de Pizzolato pode abrir um precedente "muito perigoso" para o Brasil de "não conseguir mais extraditar ninguém da Comunidade Europeia". "A estratégia da defesa foi explorar presídios que na verdade são enxovias [local insalubre] mesmo", afirmou.

Em audiência na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, o procurador reiterou que o governo brasileiro recorrerá da decisão e só aguarda a publicação do acórdão para elaborar o recurso. Os brasileiros vão salientar que os locais indicados para Pizzolato cumprir a pena — Papuda (Brasília), Curitiba e Canhanduba (Santa Catarina)— são totalmente adequados, sem a possibilidade de os presos serem submetidos a condições desumanas e degradantes.

ALTA MÉDICA

O doleiro Alberto Youssef recebeu alta na manhã de ontem do hospital onde estava internado em Curitiba. Segundo a assessoria de imprensa da Polícia Federal (PF), ele deixou o Hospital Santa Cruz por volta das 8h30.

Meia hora depois, Youssef já estava na carceragem da PF, no bairro Santa Cândida, onde permanece preso desde março. Youssef passou mal no sábado e foi levado da carceragem ao hospital. Momentos antes, ele teria sofrido um mal súbito e apresentado queda de pressão.

Condenados entram com recurso

Kelli Kadanus e Amanda Audi

Cinco condenados nas duas primeiras ações penais da Operação Lava Jato que já foram julgadas questionaram judicialmente as decisões do juiz federal Sérgio Moro. A defesa do doleiro Carlos Habib Chater, acusado de envolvimento em tráfico de drogas, e dos réus Maria Dirce Penasso e Faïçal Mohamad Nacirdine, apontados como operadores no mercado negro de câmbio, entraram com apelações no Tribunal Regional Federal da 4.ª Região (TRF-4) na tentativa de rever as condenações. As defesas da doleira Nelma Kodama e de Cleverson Coelho também pretendem recorrer da condenação nos próximos dias.

Os processos devem chegar ao TRF-4 apenas nos próximos dias. Por causa disso, os advogados não informaram os argumentos que serão utilizados para questionar as decisões. Marden Maués, que defende Nelma, Maria Dirce e Faïçal, diz apenas que os clientes ficaram "inconformados" com a sentença. Roberto Bzrezinski, advogado de Chater, não quis comentar o assunto.

GAZETA DO POVO

RENATO FOLLADOR

A Previdência tem solução

30 OUT 2014

Renato Follador

O maior gasto anual da nação — R\$ 400 bilhões — é com benefícios do INSS. Além disso, faltam R\$ 50 bilhões para fechar a conta do ano, 70% dos aposentados e pensionistas ganham só um salário, os que ganham mais que isso reclamam do reajuste anual e os patrões acham a alíquota de 20% muito alta. Resumo: ninguém está contente com a Previdência Social e a situação só vai piorar, pois não há como agir contra a evolução demográfica, que nos dará mais idosos e menos trabalhadores para pagar as aposentadorias no futuro.

Todos os presidentiáveis se engasgaram quando perguntados se vão acabar com o fator previdenciário. Sabem por quê? Porque todos eles sabem que não há como acabar com o fator. Já que não há idade mínima para se aposentar no Brasil, o fator foi criado para desestimular as pessoas a se aposentarem em idade precoce. A fórmula combina o tempo, a alíquota de contribuição, a idade e a expectativa de sobrevivência. Se o homem contribuiu durante 35 anos — que é a única carência —, ele pode se aposentar, mas se o fizer com pouca idade ainda terá décadas pela frente recebendo aposentadoria, e o valor será pequeno. Já se ele contribuir por mais tempo e se aposentar com mais idade, a sua poupança previdenciária hipotética no INSS será maior e, como a sobrevivência até a morte será de menos anos, a aposentadoria fica maior.

Perceberam? Não existe mágica. Recebe-se aquilo que contribuiu dividido pela expectativa dos anos de vida que se tem pela frente. E o trabalhador escolhe quando parar. Se caísse o fator, viria a idade mínima, o que é pior, pois aí o trabalhador não teria escolha.

Embora pareça que não há solução, vou ajudar a presidente com uma saída viável e que agrada a todos que tenham bom senso de ceder um pouco em suas reivindicações. Primeiro: o INSS pagará, no máximo, três salários mínimos para quem entrar no mercado de trabalho agora; para estes e para suas empresas, cai pela metade o valor da con-

tribuição social. A outra metade, obrigatoriamente, irá para uma previdência privada de livre escolha do trabalhador. Parte desta previdência será canalizada para aplicação em títulos governamentais de longo prazo (sem poder ser sacada antes do vencimento) que paguem a inflação mais uma rentabilidade real. Investimento sem risco para o trabalhador. E isso ajuda a financiar a perda de receita do INSS e o processo de transição.

Segundo: permite-se que parte do FGTS do trabalhador seja depositado em uma previdência privada. No início, uma porcentagem pequena, que vai crescendo ao longo do tempo.

Terceiro: acaba a pensão de 100%. Será proporcional ao número de dependentes. E jovens viúvas e viúvos receberão só por um tempo, até se inserirem no mercado de trabalho, para não se acomodarem. Garanto que as contas se equilibrarão no futuro, a poupança interna e os investimentos crescerão e os privilégios diminuirão.

Quanto aos atuais aposentados e pensionistas que querem a extinção do fator previdenciário, eu pergunto: acham mesmo que um regime de previdência deficitário há 20 anos pode melhorar aposentadorias ou diminuir contribuições? Pergunto, ainda, se com o aumento da longevidade — só nos últimos 13 anos aumentou em cinco anos a expectativa de vida — há possibilidade de as pessoas continuarem a se aposentar, em média, aos 53 anos, depois de contribuir por 35 anos, e ficar outros 32 anos aposentados?

Pois bem, há uma forma de não prejudicar ninguém; nem trabalhadores, nem governo. Eu manteria o fator previdenciário, mas o usaria a favor do trabalhador: após aposentar-se, se ele continuar trabalhando e contribuindo para o INSS, a cada cinco anos poderia requerer a desaposentadoria e aumentar o benefício. Aliás, é direito dele receber tudo o que contribuiu ao INSS. Simples assim. Como dizia Confúcio, “enquanto a luz não chega, acendemos uma vela na escuridão”.

Renato Follador é especialista em previdência social, pública e privada.

FOLHA DE LONDRINA

Consciência política contra a discriminação

A Justiça está de olho em quem postou mensagens ofensivas contra nordestinos, nas redes sociais, após a divulgação dos resultados das eleições. Só o Ministério Público Federal (MPF) do Paraná recebeu, entre a noite de domingo e o meio-dia de terça-feira, 101 representações por supostas injúrias e discriminação contra o Nordeste. As denúncias chegaram pelo portal do órgão e pedem providências contra comentários preconceituosos expostos principalmente no Twitter e no Facebook por conta da reeleição da presidente Dilma Rousseff (PT).

A petista venceu o pleito com um placar apertado: 51,6% dos votos válidos contra 48,3% de Aécio Neves (PSDB). O voto dos eleitores nordestinos fez diferença, pois naquela região Dilma conquistou quase 72% dos votos válidos.

A partir de agora, o trabalho do MPF consiste em avaliar as representações que chegaram até o órgão e estudar quais medidas tomar.

Em 2010, quando Dilma foi eleita pela primeira vez, episódios semelhantes aconteceram e uma estudante universitária de São Paulo chegou a ser processada e condenada. A moça, que cursava Direito, perdeu o estágio e foi condenada a um ano e cinco meses de prisão, mas a pena foi revertida em prestação de serviço comunitário e pagamento de multa. Infelizmente, o crime de discriminação se repetiu amplamente quatro anos depois.

Os usuários de redes sociais que exageraram nas ofensas podem responder à Justiça por crime ou acabar penalizado pela própria rede de amigos na internet. O importante é que esses eventos provoquem uma reflexão para que o povo brasileiro desenvolva uma consciência política ajudando a consolidar a democracia no País.

Essa consciência não se molda discutindo política só em época de eleição. Ela é desenvolvida ao longo de uma vida e deveria começar desde cedo, no ambiente escolar e familiar. É impreterível que o brasileiro se envolva, no dia a dia, com as questões sociais e políticas.

30 OUT 2014

30 OUT 2014

FOLHA DE LONDRINA

Justiça restabelece exportação de miúdos de bovinos pelos ECDs

A pedido da Associação Brasileira de Frigoríficos (Abrafrigo), em decisão de 21 de outubro, o juiz da 8ª Vara Federal de Brasília, Francisco Alexandre Ribeiro, restabeleceu a permissão para a exportação de miúdos e despojos de bovinos através dos Entrepostos de Carnes Derivados (ECDs) em operações compartilhadas com pequenos e médios frigoríficos do País. Estas operações estavam sendo travadas pela Instrução Normativa 10/2014 do Ministério da Agricultura, que exigia dos pequenos e médios frigoríficos, a obrigação de prévia habilitação para o comércio internacional. Pela sentença, o descumprimento da decisão acarretará em multa diária de R\$ 100 mil ao Mapa. Os miúdos e despojos de bovinos, que não são considerados consumíveis no Brasil, representam um mercado de US\$ 300 milhões ao ano e são destinados principalmente ao mercado chinês.

30 OUT 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Juiz veta uso de bala de borracha em ato

Magistrado dá 30 dias para a PM apresentar plano de ação para atuar em protestos só com munição química; corporação vai recorrer

Bruno Ribeiro

O juiz Valentino Aparecido de Andrade, da 10.^a Vara da Fazenda Pública da Capital, acolheu pedido da Defensoria Pública de São Paulo para restringir a ação da Polícia Militar em atos de rua. Em decisão liminar, ele obrigou a PM a criar, em 30 dias, um plano de ação que exclua o uso de balas de borracha. A PM afirma que vai recorrer.

O manual a ser criado, que ainda deverá ser público, terá de ordenar o uso só de munição química, como sprays de pimenta e gás lacrimogêneo, nos protestos. E todos os policiais militares que participarem das operações terão de ter seu nome e patente identificados. “O cidadão tem o direito de saber o nome do agente policial, assim como de qualquer agente público com quem esteja a lidar”, afirma o juiz, na sentença.

O plano geral terá de detalhar, de forma específica, quais serão os tipos de situação em que a multidão poderá ser dispersada e quais policiais poderão dar tal ordem. “Qualquer pessoa poderá ter acesso ao conhecimento de tais razões, bem como do nome do policial militar que tenha determinado a ordem de dispersão”, determinou a Justiça.

Direito de reunião. Para o juiz, nenhuma dessas medidas representará obstáculo ao trabalho da PM. “Tais medidas buscam apenas garantir o legítimo exercício do direito fundamental de reunião, em sua convivência com o dever do Poder Público de garantir a ordem pública, observando-se a justa proporção

entre tal direito e tal dever”, escreveu Andrade, na sentença.

A ação, assinada por quatro defensores públicos, pedia que o uso de balas de borracha fosse banido. “Ela foi atendida parcialmente”, destaca o coordenador do núcleo de direitos humanos da Defensoria, Rafael Lessa. O processo, que até o momento tem cerca de 1,2 mil páginas, reuniu exemplos de supostos abusos cometidos pela PM durante as manifestações de junho de 2013. Foram casos em que a polícia lançou bombas e atacou manifestantes que não estariam cometendo atos de vandalismo nem outros crimes.

Imprensa. “O que se viu, em 2013, foi uma absoluta e total falta de preparo da Polícia Militar, que, surpreendida pelo grande número de pessoas presentes aos protestos, não soube agir, como revelou a acentuada mudança de padrão: no início, uma inércia total, omitindo-se no controle da situação, e, depois, agindo com demasiado grau de violência, direcionada não apenas contra os manifestantes, mas também contra quem estava no local apenas assistindo ou trabalhando, caso dos profissionais da imprensa”, escreveu o juiz, após ler a ação.

Antes de emitir a liminar, a Justiça solicitou parecer do Ministério Público Estadual (MPE) sobre o caso. O promotor de Justiça Saad Mazloum, da 9.^a Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social, tentou argumentar que a Defensoria não tinha competência para propor tal ação. Mazloum afirmou que “não se pode admitir é que, a partir de situações

excepcionais, sejam padronizadas e burocratizadas as ações dos agentes da Polícia Militar”. A Procuradoria-Geral do Estado também questionou a competência da Defensoria.

O juiz Andrade, no entanto, afirmou que a Defensoria podia propor a ação. Se a PM não elaborar o plano, será condenada ao pagamento diário de multa de R\$ 100 mil.

Padrões reconhecidos. Em nota oficial, a Polícia Militar ressaltou que “atua dentro dos estritos limites da lei e segundo padrões reconhecidos internacionalmente”. “A decisão judicial é provisória e será enfrentada por recurso próprio.”

30 OUT 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Para Janot, extradições estão sob risco

Procurador-geral avalia que negativa da Itália em devolver Pizzolato abre precedente 'muito perigoso' para futuros pedidos do País

Ricardo Brito / BRASÍLIA

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, afirmou ontem que a decisão da Justiça italiana de rejeitar a extradição do ex-diretor de Marketing do Banco do Brasil Henrique Pizzolato pode abrir um precedente "muito perigoso" para o Brasil.

A defesa de Pizzolato usou como argumento que os presídios brasileiros não respeitam os direitos humanos dos presos e isso foi o fator principal para a Justiça da Itália ter negado o pedido do governo brasileiro para trazer o ex-diretor do BB, condenado no processo do mensalão, de volta ao País para cumprir pena.

Janot destacou que embora o sistema carcerário brasileiro seja quase "100% falido", tem "alguns presídios que atendem às propostas de segurança sem violência".

"Mas a estratégia da defesa foi explorar presídios que, na verdade, são enxovias (*subterrâneas*) mesmo, e conseguiu (*abrir um*) precedente muito perigoso para o Brasil, que é não conseguir extraditar mais ninguém da comunidade europeia", afirmou o procurador-geral, em entrevista coletiva em Brasília, após ter participado de audiência na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, na qual apresentou relatório de um ano de atividade à frente do cargo.

De acordo com Janot, nunca o "problema" dos presídios brasileiros foi levantado durante o processo de extradição

Preocupação

"A estratégia da defesa foi explorar presídios (...) e conseguiu precedente muito perigoso para o Brasil, que é não conseguir extraditar mais ninguém da comunidade europeia"

Rodrigo Janot

PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

de Pizzolato, apesar da "longa negociação" com a Justiça, o Ministério Público e o Ministério da Justiça italianos.

"Jamais foi discutido sobre isso. O que eles têm interesse é que eventualmente em casos tópicos se proceda a reciprocidade. Isso o Brasil se compromete a fazer", respondeu ele, ao ser questionado sobre o fato de o governo brasileiro ter rejeitado, em 2011, a extradição do ex-ativista Cesare Battisti.

O procurador-geral afirmou ter desenvolvido um programa, em parceria com outras entidades, como a Ordem dos Advogados do Brasil e o Ministério da Justiça, para "atacar" o problema do sistema carcerário com soluções de políticas públicas de curto, médio e longo prazos.

Ao final do seu encontro na CCJ do Senado, Janot pediu empenho aos senadores para que suplementem os recursos para o Ministério Público da União, por meio de uma emenda de bancada. O Congresso tem discutido a aprovação do Orçamento da União para 2015. "Quem não chora, não mama", brincou ele.

O senador Anibal Diniz (PT-AC) defendeu que os parlamentares se empenhem para atender a instituição, após Janot ter tido a "deferência" de ir ao Congresso para apresentar sua prestação de contas. O chefe do MP não tem nenhuma obrigação legal para apresentar tal documento aos parlamentares.

Rodrigo Janot explicou posteriormente que a suplementação de recursos para a instituição tem por objetivo melhorar a estrutura do órgão e não tem ligação alguma com um eventual pedido de aumento de salário da carreira.

30 OUT 2014

O ESTADO DE S. PAULO

ALOÍSIO DE TOLEDO CÉSAR

O que esperar de Dilma nos quatro anos

Neste momento de ressaca eleitoral é normal que as pessoas procurem imaginar como será o Brasil nos próximos quatro anos de governo de Dilma Rousseff e do Partido dos Trabalhadores.

Nos Estados do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, do Norte e Nordeste, percebeu-se pelo resultado das eleições que a população não demonstrou interesse em mudar, ou seja, as pessoas pareceram estar satisfeitas com o atual governo (tanto assim que votaram por sua permanência). Isso deve ser respeitado.

Mas em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, no Espírito Santo, em São Paulo, no Paraná, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul é grande o desconforto dos brasileiros com a circunstância de vivermos num país emperrado, que cresce menos do que a Bolívia e o Paraguai. Para muitos, o resultado da disputa eleitoral foi pior do que perder para a Alemanha de 7 a 1.

Enfim, neste segundo universo a ansiedade é maior. Ao contrário daqueles que demonstraram comodismo, e parecem achar que tudo deve continuar como está, os perdedores da eleição preocupam-se com o que poderá acontecer não só com o próprio País, mas com cada um de nós.

A ausência de crescimento econômico tem sido a tônica dos quatro anos anteriores do governo Dilma, mas como tanto ela como o Partido dos Trabalhadores continuarão a mandar as esperanças ficarem reduzidas. As mesmas pessoas, com os mesmos pensamentos, foram mantidas no poder e isso

Dada sua expressiva inaptidão, o sonho de um Brasil melhor foi adiado outra vez

não provoca entusiasmo algum, causando a impressão do mesmo marasmo, da mesma água morna.

A toda hora se ouve que o País é um só e que não se deve raciocinar em cima do resultado das eleições. A presidente da República falou várias vezes ao longo da campanha eleitoral que vai tomar atitudes em favor da educação, da saúde, dos transportes e da segurança pública. Mas como ela já podia ter feito isso, e não fez, é normal que existam descrédito e desconfiança.

Na verdade, sempre se mostrou notória a fragilidade da presidente Dilma na forma de governar. Essa incapacidade lhe é intrínseca, ou seja, vem do seu interior, do seu intelecto e, quem sabe, até mesmo do seu coração. Por força da inaptidão, acabou por produzir um governo de encolhimento do País e de florescimento do sentimento de revolta dos que não se conformam com o marasmo.

Nos Estados em que ela perdeu as eleições a sede por desenvolvimento é muito mais expressiva, porém se mostra bloqueada pela pequenez da conduta governamental. Veja-se que a presidente, na tentativa de fazer um bom governo, chegou ao absurdo de constituir 39 ministérios, como se a presença maciça de mais políticos no poder resultasse em melhora.

O efeito foi contrário, tudo

piorou, e esse número vergonhoso de ministérios serviu unicamente para inchar ainda mais a máquina pública e aumentar os gastos com pagamentos a servidores. Houve algum benefício? As reuniões da presidente da República com seus 39 ministros deveriam ser transmitidas pelas TVs oficiais e assim demonstrar aos brasileiros a inutilidade de tanta gente no governo.

Mas por que a presidente convocou tantos políticos para fazer parte de seu governo? Foi a forma que encontrou de anestesiar os partidos políticos no Congresso Nacional e cobrar cada um desses ministros nos momentos de votação de projetos de interesse da administração federal.

O absurdo dessa conduta conduziu a um resultado muitas vezes pior: o avanço no dinheiro público para satisfazer as baixas necessidades dos políticos que não são capazes de apoiar a presidente em função de ideias, mas somente de vantagens pessoais e econômicas.

Esse comportamento condenável levou à eclosão do escândalo do mensalão e, mais recentemente, ao da Petrobrás, que agora não é mais nossa, é deles.

Nessa realidade, em que a presidente reeleita tem como traço característico inaptidão tão expressiva e o Partido dos Trabalhadores continuará com mais força ainda, o sonho de um Brasil melhor, que crescesse mais e produzisse mais, ficou outra vez adiado.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

A inabilidade de Dilma Rousseff nos últimos tempos foi tão marcante que chegou ao extremo de anunciar previamente a substituição do ministro da Fazenda, circunstância que introduziu mais insegurança ainda entre empresários, industriais e comerciantes. A repercussão no exterior foi péssima e se converteu na previsão, feita pela maior parte dos economistas, de que dificilmente esse Brasil petista atrairá investimentos externos, podendo, ao contrário, resultar na fuga de capitais.

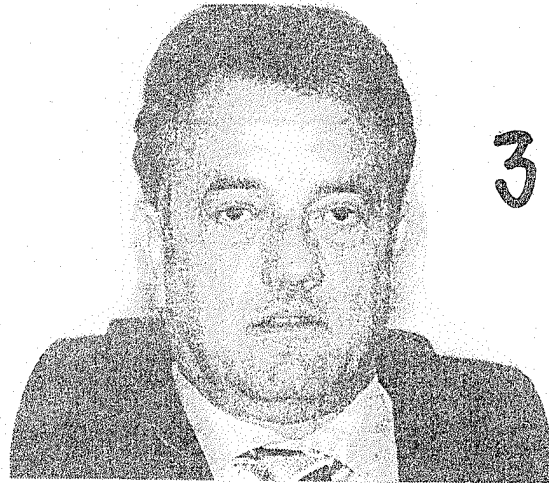
Outra circunstância que desautoriza previsões otimistas está na segurança interna, ou seja, na falta dela. Parece inacreditável que continuem a ingressar no Brasil, pelas fronteiras de países vizinhos, as armas e drogas que alimentam o crime organizado e matam os nossos filhos e netos. Não se vê o menor esforço governamental para se aliar a esses vizinhos no necessário combate à produção das drogas e à entrada de armas, produzidas, sobretudo, nos Estados Unidos e na Europa. Esses países vizinhos, ocupados por governantes amigos do ex-presidente Lula, continuam a produzir cocaína e a permitir a entrada de armas a fim de serem exportadas clandestinamente para o Brasil.

Não se pode compreender a insensibilidade do atual governo para um problema dessa grandeza. A percepção que se tem é de que tudo continuará assim mesmo e que o companheiro Evo Morales continuará a dizer que a cocaína não é um problema na Bolívia. E não é mesmo: é um problema nosso. E para ele, um cocaleiro, isso não faz diferença alguma.

Sempre é bom lembrar que algum tempo atrás, quando a Petrobrás ainda era nossa, Evo Morales submeteu o Brasil e os brasileiros a uma odiosa humilhação, bloqueando as atividades da empresa na Bolívia da forma mais torpe. E nada lhe aconteceu.

30 OUT 2014

BEMPARANÁ



30 OUT 2014

Provocação

Diante das galerias tomadas por professores e integrantes da APP Sindicato, ontem, o primeiro-secretário da Assembleia Legislativa, deputado Plauto Miró Guimarães (DEM), voltou a repetir a frase dita por ele no início da semana, segundo a qual "quem pensa votou em Aécio Neves (*para a presidência*), e quem tem dificuldade de pensamento votou em Dilma". Dirigindo-se diretamente aos manifestantes, o parlamentar do DEM ainda acrescentou: "respeito aqueles que votam com o bolso. Muitos servidores votam para não perderem regalias", disse, provocando vaias na plateia. "A gente fala e parece que vestem a carapuça", afirmou Guimarães.

Ricos x pobres

O primeiro-secretário da Assembleia sustentou seu argumento alegando que, nos municípios paranaenses que têm maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Aécio ganhou a eleição de lavada. Já nas cidades mais pobres, Dilma teria recebido mais votos. "Para mim está claro que quem pensa votou no Aécio, e aqueles menos esclarecidos na Dilma", afirmou o parlamentar.

Sala de aula

Plauto ainda cobrou uma atitude do presidente da Assembleia, deputado Valdir Rossoni (PSDB), contra os professores que o vaiavam. "Quando o aluno faz isso na sala de aula, o que o professor faz? Manda para fora", comparou.

Ofensa

O líder da bancada do PT, deputado Tadeu Veneri, classificou como "ofensivo" e "raso" o discurso do primeiro secretário da Casa. "Até entendemos a decepção de quem perdeu a eleição. Não se pode desqualificar quem ganha uma eleição presidencial. Não se trata de uma olimpíada de matemática. A equação é simples. Perderam porque tiveram menos votos. O contraditório faz parte da democracia. A ofensa não", reagiu Veneri.

3 0 OUT 2014

BEMPARANÁ

Mutirão coloca tornozeleiras em presos

A Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos e o Poder Judiciário iniciaram ontem um mutirão carcerário inédito na Colônia Penal Agroindustrial do Paraná (CPAI). É o primeiro mutirão de audiências para efetivar a colocação de tornozeleiras de monitoramento eletrônico nos presos da unidade prisional, devendo atingir cerca 17% dos detentos da Colônia.

Esse percentual representa aproximadamente 250 presos que cumprem pena em regime semiaberto na CPAI e serão beneficiados pela medida. A classificação dos presos que irão utilizar o equipamento foi feita pelos juízes Eduardo Lino Fagundes Jr. e Moacir Antonio Dalla Costa,

da 1ª e 2ª VEPs, de Curitiba e Região Metropolitana.

Responsáveis pelo mutirão, os magistrados analisaram previamente uma lista de nomes encaminhada pela CPAI, a fim de verificar a viabilidade da concessão do benefício. Foram levados em conta crimes entendidos como "não violentos", ou seja, crimes praticados "sem grave ameaça à pessoa". A Colônia Penal Agroindustrial do Paraná é a maior unidade de regime semiaberto do Paraná e custodia atualmente 1.511 presos.

O mutirão acontece no Centro Estadual de Educação Básica de Jovens e Adultos Dr. Mário Faraco, na Avenida Brasília, s/n, no complexo penitenciário de Piraquara

Desaposentação

Supremo suspende julgamento sobre tema

O Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu mais uma vez o julgamento sobre a possibilidade de o aposentado pedir a revisão do benefício por ter voltado a trabalhar e a contribuir para a Previdência Social. A decisão sobre a validade da desaposentação foi suspensa por um pedido de vista da ministra Rosa Weber. Não há data para a retomada do julgamento.

Até o momento, o plenário do Supremo está dividido em


relação à validade do benefício. O ministro Luís Roberto Barroso, relator das ações principais sobre o assunto, admitiu a desaposentação e estabeleceu critérios para a Previdência Social recalcular o novo benefício. Marco Aurélio não reconhece o termo desaposentação, mas entendeu que o recálculo pode ser feito. Os ministros Dias Toffoli e Teori Zavascki votaram pela impossibilidade dos aposentados pedirem um novo benefício.

30 OUT 2014

JORNAL DO ÔNIBUS

STF suspende julgamento sobre desaposentação

Supremo está dividido em relação à validade do benefício

 O Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu mais uma vez o julgamento sobre a possibilidade de o aposentado pedir a revisão do benefício por ter voltado a trabalhar e a contribuir para a Previdência Social. A decisão sobre a validade da desaposentação foi suspensa por um pedido de vista da ministra Rosa Weber. Não há data para a retomada do julgamento.

Até o momento, o plenário do Supremo está dividido em relação à validade do benefício. O ministro Luís Roberto Barroso, relator das ações principais sobre o



Ministra Rosa Weber pediu vistas suspendendo o julgamento do assunto, admitiu a desaposentação e estabeleceu critérios para a Previdência Social recalculer o novo benefício. Marco Aurélio não reconhece o termo desaposentação, mas entendeu que o recál-

culo pode ser feito. Os ministros Dias Toffoli e Teori Zavascki votaram pela impossibilidade dos aposentados pedirem um novo benefício. Segundo o ministro Teori Zavascki, a lei considera

que a contribuição do aposentado tem finalidade diferente em relação aos pagamentos feitos pelo trabalhador comum. "As contribuições do aposentado destinam-se ao custeio do sistema geral de seguridade e não ao pagamento ou melhoria do benefício", disse. ●

Até o momento, o plenário do Supremo está dividido em relação à validade do benefício.

Notas políticas

Acareação negada

O juiz federal Sergio Moro negou o pedido de acareação entre o doleiro Alberto Youssef e Leonardo Meirelles, que são réus de processos relacionados à Operação Lava Jato, da Polícia Federal (PF). A decisão é desta quarta-feira (29). O pedido foi feito pela defesa de Youssef no dia 22.